

PROJETO BÁSICO

Unidade Administrativa de Origem:	Secretaria Municipal de Obras
Titular do Cargo:	Valdeci Marques de Amorim
Cargo:	Secretário
Ato de Nomeação:	Portaria nº 962 de 26 de maio de 2025.
Descrição Resumida do Objeto:	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de desassoreamento, limpeza, dragagem e remoção de sedimentos dos cursos d'água localizados no Município de Lajinha - MG, conforme descrição detalhada e anexos.
Modalidade:	Concorrência
Período de Vigência do Contrato Administrativo:	Será de 03 (três) meses, contados de sua assinatura, podendo ser alterado, aditado, prorrogado e/ou extinto, nos termos do art. 106 c/c art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021
Legislação Aplicável:	Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Sumário

1.	DA INTRODUÇÃO GERAL.....	3
2.	DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.....	3
3.	DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
4.	LOCAL E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	4
5.	METODOLOGIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.....	4
6.	QUANTITATIVOS E VOLUMES ESTIMADOS.....	6
7.	DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO DETALHADO.....	6
8.	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	6
9.	DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO	7
10.	DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	7
11.	DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	8
12.	DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	8
13.	DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	12
14.	DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA	19
15.	DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	20
16.	DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	24
17.	DOS PREÇOS, REAJUSTAMENTO E REVISÃO	24
18.	DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES	24
19.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE	27
20.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	207
21.	DA EXTINÇÃO DO CONTRATO	27
22.	DA SUBCONTRATAÇÃO	28
23.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	28
24.	DA FISCALIZAÇÃO	32
25.	DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	32
26.	DISPOSIÇÕES FINAIS	27
32		

1. DA INTRODUÇÃO GERAL

1.1. Este Projeto Básico tem como objetivo apresentar as diretrizes e especificações técnicas necessárias para a contratação de empresa especializada na execução de serviços de desassoreamento, limpeza, dragagem e remoção de sedimentos em trechos dos cursos d'água localizados no Município de Lajinha - MG.

1.2. O propósito principal é restabelecer a capacidade de vazão dos cursos d'água, minimizar riscos de inundações, melhorar a qualidade da água, recuperar ecossistemas aquáticos e reduzir impactos socioambientais causados pelo acúmulo de material sólido (areia, silte, argila, lixo, entulho, vegetação aquática em excesso, etc.).

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O acúmulo progressivo de sedimentos e detritos nos cursos d'água do Município de Lajinha - MG tem gerado uma série de problemas, tais como:

- a.** Redução da seção de vazão, culminando em transbordamentos e inundações recorrentes em períodos chuvosos, com impactos em áreas urbanas e rurais.
- b.** Comprometimento da qualidade da água e do ecossistema aquático, afetando a fauna e a flora locais.
- c.** Perda de áreas de lazer e degradação paisagística.
- d.** Riscos à saúde pública devido à proliferação de vetores de doenças em áreas alagadas e com acúmulo de matéria orgânica.

2.2. Diante desse cenário, a execução dos serviços de desassoreamento, limpeza e dragagem é medida essencial e urgente para mitigar esses problemas, proporcionando maior segurança, salubridade e qualidade de vida à população, além de contribuir para a sustentabilidade ambiental do município. A contratação se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de desassoreamento, limpeza, dragagem e remoção de



sedimentos, lixo e demais detritos de trechos dos cursos d'água localizados no Município de Lajinha - MG, incluindo o transporte e o descarte ambientalmente adequado do material removido, em conformidade com as especificações técnicas, normas ambientais e demais condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos.

4. LOCAL E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1. Localização: Município de Lajinha - MG.

a. Os serviços deverão ser executados nos trechos dos seguintes cursos d'água conforme **Projeto Executivo anexo**.

5. METODOLOGIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços deverão ser executados com a máxima eficiência, segurança e o menor impacto ambiental possível, em estrita observância à legislação ambiental vigente e às normas técnicas aplicáveis.

5.2. A Contratada deverá realizar ou utilizar os seguintes levantamentos, que subsidiarão a execução e medição dos serviços:

a. Levantamento Topobatimétrico: Medições da profundidade do leito e da topografia das margens antes e depois da intervenção, com georreferenciamento, para cálculo preciso dos volumes de material removido.

b. Análise de Sedimentos: Coleta e análise de amostras dos sedimentos para caracterização física e química, visando o correto enquadramento e destinação ambiental.

c. Mapeamento: Elaboração de mapas com indicação dos trechos a serem trabalhados, pontos de acesso, áreas de bota-fora, etc.

5.3. Desassoreamento e Dragagem:

a. Remoção do excesso de material sólido depositado no leito, com vistas a restabelecer a profundidade e largura originais dos cursos d'água, conforme indicação deste projeto.

b. Poderão ser utilizados métodos mecânicos (escavadeiras hidráulicas, dragas de arrasto, etc.) ou hidráulicos (dragas de sucção), a depender da profundidade, tipo de sedimento e



acessibilidade, devendo a empresa apresentar sua proposta metodológica no plano de trabalho.

c. Todos os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e operação, com as devidas licenças e licenciamento ambiental.

5.4. Da limpeza:

a. Remoção de lixo, entulhos, troncos, galhos, vegetação aquática excessiva (macrófitas) e demais materiais indesejados que obstruam o fluxo da água ou degradem o ambiente.

b. Manual ou mecanizado, conforme a necessidade e a legislação ambiental.

5.5. Remoção e Destinação Final dos Materiais:

a. Todo o material (sedimento, lixo, entulho, vegetação) removido deverá ser transportado e descartado em local previamente licenciado e aprovado pelos órgãos ambientais competentes (CONFORME CROQUI DE DISTÂNCIA MÉDIA DE TRÂNSPORTE DO BOTA-FORA EM ANEXO).

b. A empresa deverá apresentar um **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)** específico para a obra, detalhando a segregação, transporte e destinação final de cada tipo de resíduo.

c. Será dada prioridade à reciclagem ou reutilização de materiais, quando viável e ambientalmente adequado.

5.6. Recomposição Ambiental:

a. Em caso de danos às margens ou áreas de preservação permanente (APP) durante a execução dos serviços, a Contratada deverá promover a recuperação ambiental, com recomposição da vegetação nativa, estabilização de taludes e outras medidas mitigadoras, conforme orientação da fiscalização e órgãos ambientais.

5.7. Normas Técnicas e Legislação Aplicável: A execução dos serviços deverá seguir rigorosamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a legislação ambiental federal, estadual (MG) e municipal, bem como as Normas



Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente as relativas à segurança no trabalho.

6. QUANTITATIVOS E VOLUMES ESTIMADOS

6.1. Os quantitativos estimados servem como base para a orçamentação conforme o memorial de cálculo, memorial descritivo e projeto executivos anexos.

6.2. A medição final para pagamento será realizada com base nos levantamentos topobatimétricos "antes e depois" da execução dos serviços.

7. DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO DETALHADO

7.1. O orçamento estimativo para a execução dos serviços deverá ser elaborado pela Contratada com base nos quantitativos deste Projeto Básico e nos preços de mercado, considerando as composições de custos unitários e a metodologia proposta.

7.2. Composição do Orçamento:

- a. Custos diretos (mão de obra, materiais, equipamentos, transporte, descarte).
- b. Custos indiretos (BDI - Benefícios e Despesas Indiretas).
- c. Encargos sociais e trabalhistas.
- d. Impostos.

7.3. Planilha Orçamentária anexa.

8. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

8.1. O prazo total para a execução dos serviços será de 03 (três) meses, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

8.2. A Contratada deverá apresentar um cronograma físico-financeiro detalhado, contemplando as etapas de mobilização, execução dos serviços (por trecho, se aplicável) e desmobilização, com projeção de desembolsos financeiros.



9. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

9.1 Conforme o artigo 6, inciso XXIII, alínea c, da Lei Federal de nº 14.133/2021¹ a Secretaria Municipal de Obras descreve a solução com as seguintes abordagens:

- a. **Identificação de Necessidades.**
- b. **Definição de Objetivos Gerais e Específicos.**
- c. **Desenvolvimento e implantação.**
- d. **Gestão Contínua.**
- e. **Avaliação e melhoria contínua.**
- f. **Análise de Resultados.**
- g. **Identificação de Melhorias.**
- h. **Planejamento de Futuras Ações.**

9.2 Ao longo de todo o ciclo de vida, a solução proposta busca, através de uma abordagem estruturada e contínua, com uma administração eficiente, transparente e responsável, alinhada com as melhores práticas de governança.

10. DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

10.1 Da sustentabilidade

10.1.1 Não existem critérios de sustentabilidade em vigência, tendo em vista que não há impactos.

10.2 Da Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei Federal de nº 14.133, de 2021)

10.2.1 Na presente contratação não será admitida indicação de marcas, características ou modelos, tendo em vista tratar-se de prestação de serviço.

10.3 Da Garantia da contratação

10.3.1 Em atendimento ao disposto no **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, será exigida da empresa contratada a prestação

¹ c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;



de **garantia de execução do contrato**, no percentual de **5% (cinco por cento) do valor global da obra**, que corresponde a **R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)**, considerando o valor estimado do contrato de **R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)**.

10.3.2 A garantia poderá ser prestada, à escolha da contratada, por meio de:

- a. CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA;
- b. SEGURO-GARANTIA;
- c. FIANÇA BANCÁRIA;

11. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. A execução do objeto seguirá as etapas a seguir:

- 11.1.1. Integração e Planejamento Inicial:
- 11.1.2. Implementação e Execução contínua:
- 11.1.3. Monitoramento e Relatórios:
- 11.1.4. Revisão Contratual e Renovação:

11.2. Este modelo de execução visa assegurar que a prestação de serviços seja realizada de maneira eficiente, transparente e alinhada às necessidades, contribuindo para uma gestão pública mais eficaz e conformidade legal contínua.

12. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e conforme o artigo 6º, inciso XXIII, alínea "f" da Lei Federal de nº 14.133/2021² nas seguintes especificações:

I. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal de

² Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;



nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021, art. 115, §5º³.

III. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021, art. 117, caput⁴.

IV. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021, art. 117, §1º⁵.

V. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021, art. 117, §2º⁶.

VI. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021, art. 119⁷.

VII. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a

³ § 5º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

⁴ Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

⁵ § 1º O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

⁶ § 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

⁷ Art. 119. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.



fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021, art. 120⁸.

VIII. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021, art. 121⁹, caput.

IX. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021, art. 121, §1º¹⁰.

X. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim conforme a IN 5/2017, art. 44, §2º.

XI. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato conforme a IN 5/2017, art. 44, 31º.

XII. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros conforme a IN 5/2017, art. 44, 31º.

XIII. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

XIV. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa

⁸ Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

⁹ Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

¹⁰ § 1º A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.



de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

12.2 Do Gestor do Contrato

12.2.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.2.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.2.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.2.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



- 12.2.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 12.2.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 12.2.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 Da Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

13.1.1 O fornecedor será selecionado por intermédio da realização da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, previsto no artigo 75 incisos II da Lei Federal de 14.133/2021 conforme previsão no Estudo Técnico Preliminar.

13.2 Da Forma de Fornecimento:

13.1.2 O fornecimento do objeto será integral.

13.3 Das Exigências de Habilitação:

13.3.1 A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

13.3.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.3.3 No caso da possibilidade de participação de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



13.3.4 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.3.5 No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

13.3.6 No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.3.7 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.3.8 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.3.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.3.10 No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

13.3.11 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.4 A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

13.4.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.



13.4.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.4.3 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

13.4.4 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

13.4.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

13.4.6 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.4.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante e da localidade do órgão contratante, conforme previsão do art. 27, inciso IV, combinado com o art. 29, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, e do art. 62, inciso II, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa



de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

13.4.8 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.4.9 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

13.4.10 Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);

13.4.11 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

13.4.12 Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

13.5 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

13.5.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

13.5.2 Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de



Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

13.5.3 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

13.5.4 Comprovação de que o patrimônio líquido da empresa, em ambos os exercícios, seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da obra, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.5.5 Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.5.6 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

13.5.7 As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital - ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas - Brasileiras - ICP - Brasil.

13.5.8 Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):



$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

13.5.9 Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

13.5.10 As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

13.6 A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

13.6.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

13.6.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.

13.6.3 Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física do responsável técnico detentor do acervo técnico (CAT) a ser apresentado, devendo constar em sua certidão o nome da empresa contratada como responsável pelas obras atestadas.

13.6.4 Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica da empresa, devendo constar o nome do responsável técnico detentor do acervo, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021;



13.6.5 Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.

13.6.6 Atestados de capacidade técnica acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no órgão competente, que comprovem a execução mínima de 50% dos itens de maior relevância da planilha orçamentária, em obras de características semelhantes ao objeto da presente contratação.

13.6.7 Os atestados ou certidões que não possuírem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.

13.6.8 Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

a. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

b. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

c. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021);

d. Declaração própria em papel timbrado da empresa que não possui obras pendentes em outros órgãos públicos que poderão causar prejuízo a entrega e finalização do objeto da prestação de serviços;



Declaração própria em papel timbrado da empresa que possui mão de obra suficiente para entrega e finalização do objeto da prestação de serviços.

14. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

14.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

14.2. A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional apresentando a documentação abaixo:

14.2.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA ou CAU;

14.2.2. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, em nome da empresa licitante, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar (art. 67, §3º da Lei 14.133/2023).

14.2.3. Entenda-se por serviço similar, de acordo com a Lei 14.133. Art. 67, II, a necessidade de comprovação de parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.

14.2.4. Para atendimento ao item acima, será adotado como parâmetro o quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância.

14.2.5. Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

a.1) O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de:

a.1.1) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou CAU demonstrando a responsabilidade técnica junto a empresa licitante.

a.2) A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada com:



a.2.1) Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

a.2.2) Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;

a.2.3) Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

a.2.4) Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.

14.3. Consórcio: Tendo em vista que o valor da contratação não é de grande vulto e o objeto não ser de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

14.4. Garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor.

14.5. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013 - Desempenho de edificações habitacionais, Parte 01 à Parte 06

14.6. Subcontratação: será permitida a subcontratação de 40% (quarenta por cento) do valor total da contratação, sendo vedada a subcontratação dos itens referentes à administração da obra.

14.7. Sede da empresa: não será obrigatória a presença de sede/filial em Lajinha-MG, mas deverá ter registro no CREA/MG.

15. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

15.1 Do Recebimento

15.1.1 A execução da Prestação de Serviços será recebida provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato,



para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.1.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei Federal de nº 14.133/2021¹¹, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.1.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.2 Da Liquidação

15.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

15.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a.** O prazo de validade;
- b.** A data da emissão;
- c.** Os dados do contrato e do órgão contratante;

¹¹ II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;



- d. O período respectivo de execução do contrato;
- e. O valor a pagar;
- f. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei Federal de nº 14.133/2021¹².

15.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.2.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

15.2.8 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de

¹² Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.2.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.3 Do Prazo de Pagamento:

15.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

15.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

15.4 Da Forma de Pagamento:

15.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

- 16.1.** O custo estimado total da contratação será de **R\$ 428.460,22 (Quatrocentos e vinte oito mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte dois centavos)**, conforme planilha orçamentária em anexo.
- 16.2.** Esse montante foi apurado a partir de composições de preços unitários elaboradas conforme a área de intervenção, utilizando-se como base as tabelas oficiais de referência. Para definição dos custos, adotou-se a **SEINFRA - Região Leste (abril/2025 - sem desoneração)** e o **SICRO - Minas Gerais (abril/2025 - sem desoneração, com incidência de ISS de 5%)**, garantindo parâmetros atualizados e compatíveis com a realidade regional.
- 16.3.** Ressalta-se que a utilização dessas referências atende ao disposto do **art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelecem a obrigatoriedade de adoção de custos de obras e serviços de engenharia fundamentados em sistemas referenciais oficiais de preços.

17. DOS PREÇOS, REAJUSTAMENTO E REVISÃO

- 17.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, de acordo com o parágrafo único, do art. 24 do Decreto Federal nº 21.981/1932, combinado com §2º, do art. 80 da Instrução Normativa DREI nº 52/2022.

18. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

18.1. DA CONTRATADA

- 18.1.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, no Termo de Referência, e seus anexos,



assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

- 18.1.2. Executar diretamente os serviços contratados nas condições fixadas no Contrato e no Edital de Credenciamento.
- 18.1.3. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo material causado ao Contratante e/ou a terceiros, como também em decorrência de erro ou imperícia na execução dos serviços contratados.
- 18.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento.
- 18.1.5. Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados.
- 18.1.6. Permitir que os prepostos do Contratante, especialmente designados, acompanhem todas as etapas de execução dos serviços contratados, para os fins previstos neste contrato.
- 18.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 18.1.8. De nenhuma forma este contrato virá a criar vínculo empregatício, sendo CONTRATADO responsável por todos os encargos e impostos que vierem a incidir sobre o valor deste contrato.
- 18.1.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 18.1.10. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização dos



serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

- 18.1.11. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 18.1.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 18.1.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 18.1.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 18.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 18.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 18.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- 18.1.18. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.



19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Pagar conforme estabelecido no instrumento contratual.

19.2. Fiscalizar o fiel cumprimento do contrato.

19.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Executar os serviços rigorosamente de acordo com este Projeto Básico, edital, contrato, legislação aplicável e determinações da fiscalização.

20.2. Fornecer toda a mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, insumos e demais recursos necessários à execução dos serviços, em quantidade e qualidade adequadas.

20.3. Assumir a responsabilidade técnica e total pelos serviços, incluindo a segurança, saúde e meio ambiente do canteiro de obras.

20.4. Obter e manter todas as licenças, autorizações e alvarás necessários à execução dos serviços, inclusive as ambientais (se for sua responsabilidade).

20.5. Implementar e cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) ou Plano de Gerenciamento Ambiental (PGA) aprovado.

20.6. Garantir a segurança dos trabalhadores e de terceiros na área de intervenção, sinalizando e isolando as áreas de risco.

20.7. Apresentar relatórios de avanço físico-financeiro, diários de obra, registros fotográficos e demais documentos solicitados pela fiscalização.

20.8. Promover a desmobilização completa do canteiro de obras e a limpeza final da área após a conclusão dos serviços.

21. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

21.1. O presente termo de contrato poderá ser extinto:

21.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº



14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

21.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

21.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

21.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste objeto.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, ou por infringência ao artigo 155 da Lei Federal n. 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Lajinha, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções, cumulativamente ou não:

23.1.1. Advertência;

23.1.2. Multa de:

a. Compensatória;

b. De mora;

23.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Lajinha, por prazo não superior a 3 (Três) anos;

23.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

23.1.5. Em caso de inexecução parcial do contrato, de desacato de decisões ou não adotar medidas determinadas pelo Fiscal, de recusa ao disposto no art. 119 da Lei Federal n. 14.133/21, ou



ainda de prática de qualquer ato que ocasione risco e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração Municipal, será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.1.6. A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 1% (Um por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (Trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente, excluída, quando for o caso, a parte correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.

23.1.7. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

23.1.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

23.1.9. A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.1333/21.

23.1.10. Será aplicada multa compensatória de 0,5% (Cinco décimos por cento) a 1% (Um por cento) do valor de referência para licitação para aquele que:

- a.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

23.2. Será aplicada multa compensatória de 10% (Dez por cento) sobre o valor de referência para licitação ou contratação direta para aquele que retardar ou tumultuar o procedimento administrativo de contratação.



23.3. Será aplicada multa compensatória de 10% (Dez por cento) sobre o valor total de adjudicação ou do valor da contratação direta, para aquele que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições de uso e qualidades contratadas, e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

23.4. Será aplicada multa compensatória de 15% (Quinze por cento) sobre o valor contratado ou da ata de registro de preço, para aquele que:

- a.** Recusar em efetuar o reforço de garantia contratual;
- b.** Der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preço;
- c.** Recusar assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
- d.** Recusar a aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

23.5. Será aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre a parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato.

23.6. Será aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, para aquele que:

- a.** Apresentar declaração falsa ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b.** Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c.** Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d.** Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e.** Prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g.** Dar causa à inexecução total do objeto do contrato.



23.7. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo.

23.8. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

23.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, conforme legislação.

23.10. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

23.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.

23.13. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou



o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24. DA FISCALIZAÇÃO

24.1. A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

24.2. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante.

24.3. A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor deste Município.

25. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do ano de 2025.

25.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Este Projeto Básico integra o processo licitatório e o futuro contrato, complementando-se com o Edital e seus anexos.

Lajinha/MG, 07 de outubro de 2025

VALDECI MARQUES DE AMORIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS

LUCAS HENRIQUE DA SILVA PAIVA

ENGENHEIRO CIVIL – CREA MG226.732/D